

GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM SÃO PAULO

A participação social na elaboração e monitoramento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um elemento central para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. No município de São Paulo, essa participação é institucionalizada por meio de instâncias como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal) – e pode ser observada nos números do COMUSAN-SP, que tem 2/3 de seus membros representando a sociedade civil, assegurando maior diversidade na formulação de políticas públicas¹.

Desta forma, estes espaços têm permitido um maior envolvimento da sociedade civil na construção de estratégias para combater a fome e promover sistemas alimentares sustentáveis, integrando diferentes setores do poder público e da sociedade². O COMUSAN-SP, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, exerce um papel consultivo e fiscalizador, sendo responsável por assessorar a Prefeitura na implementação de políticas voltadas à SAN³. Já a CAISAN-Municipal tem a função de articular ações entre secretarias e garantir a intersetorialidade das iniciativas municipais.

A interação entre essas instâncias têm possibilitado avanços na governança da SAN, e possibilitam o planejamento e a execução das políticas alinhados às demandas dos diferentes segmentos populacionais, sobretudo os mais vulneráveis. A 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo, foi um marco no fortalecimento desse diálogo, reunindo diversos atores para pactuar diretrizes estratégicas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)³. Indicadores recentes revelam desafios e oportunidades na governança da SAN em São Paulo. O I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo (2024) aponta que 50,4% da população enfrenta algum nível de insegurança alimentar e nutricional (IAN), sendo 12,5% em situação grave. Além disso, apenas 68,3% dos domicílios em IAN grave são beneficiados pelo Programa Bolsa Família, evidenciando a necessidade de ampliar políticas de transferência de renda.

INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SÃO PAULO

O quadro a seguir contempla indicadores que demonstram como a governança e a participação popular estão estruturadas no município e sua relação com a SAN:

Quadro 1 - Seleção de indicadores de transparência e participação, e sua relação para a área de SAN. Fonte: Elaboração própria (2025)

| Indicador | Descrição | Relevância para SAN | Dados Quantitativos |
|--|--|---|---|
| Pedidos de Informação (e-SIC) | Volume de solicitações de informação pública feitas pela sociedade civil à Prefeitura de São Paulo desde 2012. | A transparência no acesso aos dados de SAN permite monitoramento social sobre políticas públicas, ações governamentais na área e a realização de pesquisas a partir destes dados. | Mais de 70.000 solicitações registradas até 2023 ⁴ . |
| Indicador de Transparência Ativa (ITA) | Mede o nível de transparência dos portais municipais sobre disponibilização de informações de forma proativa. | Elevados níveis de transparência contribuem para uma melhor governança, gestão, tomada de decisões e fiscalização das políticas de SAN. | Média geral de transparência ativa nos órgãos municipais: 6,4 (escala de 0 a 10) ⁵ . |
| Base de Contribuição Popular - Programa de Metas 2017-2020 | Registra sugestões de cidadãos para o planejamento das metas municipais. | O envolvimento popular na formulação de políticas amplia a aderência das ações à realidade da população nas diversas dimensões de SAN. | Mais de 5.000 contribuições recebidas durante o processo de elaboração do programa ⁵ . |
| Mapeamento de Iniciativas de Governo Aberto | Identifica programas e ações municipais voltados à participação cidadã e transparência. | Ajuda a entender como diferentes políticas públicas, incluindo SAN, podem se beneficiar da participação social e inovação governamental. | 150 iniciativas mapeadas até 2023 ⁵ . |
| Percentual de órgãos municipais com conselhos ativos | Mede a proporção de secretarias municipais que possuem pelo menos um conselho com participação da sociedade civil. | Essencial para garantir a participação cidadã na governança de SAN. | 80,7% dos órgãos municipais possuíam conselhos ativos em 2017 e 86,2% em 2023 ⁴ . |
| Percentual de pedidos respondidos na fase inicial (e-SIC) | Mede a taxa de resposta às solicitações de informação pública na fase inicial do atendimento. | Indica eficiência no acesso à informação pública, essencial para a governança transparente da SAN. | 95% dos pedidos foram respondidos na fase inicial em 2023 ⁵ . |
| Participação da sociedade civil nas reuniões do CMPU | Mede a participação popular nas reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana. | A participação social nas decisões urbanas impacta diretamente a SAN e o acesso à alimentação saudável. | 40% de participação nas reuniões do CMPU em 2014 e 52% em 2023 ⁴ . |

Esses dados evidenciam a existência de mecanismos de governança aberta e participação social na cidade de São Paulo, elementos essenciais para o aprimoramento da SAN. A ampla utilização do e-SIC demonstra um crescente interesse da sociedade em levantar informações a respeito de políticas públicas, incluindo ações voltadas para a SAN. Além disso, o ITA revela a necessidade de melhorar a transparência em diversas áreas administrativas, garantindo que informações cruciais para a formulação e implementação de políticas de SAN estejam disponíveis de forma acessível e atualizada.

DESAFIOS E LAÇUNAS NA GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAN

A governança da SAN enfrenta uma série de desafios que podem comprometer a sua operacionalização. Embora os conselhos municipais sejam mecanismos relevantes de participação social, sua atuação pode ser limitada por fatores como baixa representatividade de grupos historicamente marginalizados e dificuldades na execução de suas recomendações. Além disso, a integração entre os diversos órgãos responsáveis pela SAN ainda é um obstáculo, tornando a implementação de políticas muitas vezes fragmentada. Bem como, a rotatividade de representantes da sociedade civil e a baixa capacitação técnica de conselheiros podem comprometer a continuidade das ações e a efetividade da governança participativa⁶.

Outros desafios incluem:

- a) dificuldades no acesso a dados georreferenciados com informações detalhadas sobre regiões mais afetadas pela IAN;
- b) desigualdade na participação social, com pouca participação de comunidades indígenas, quilombolas e trabalhadores informais;
- c) falta de capacitação para conselheiros de SAN em relação a interpretação de dados que influenciam nas decisões políticas;
- d) pouca transparência na execução orçamentária das políticas de SAN.

Para superar esses desafios, é fundamental adotar estratégias que incentivem maior transparência, descentralização das decisões e formação continuada para os atores envolvidos. A realização de fóruns regionais, a ampliação de espaços de escuta e a implementação de tecnologias para participação social digital podem contribuir para o fortalecimento do controle social sobre as políticas de SAN⁷.

Ademais, o monitoramento contínuo dos indicadores de SAN, aliado a avaliações participativas, pode consolidar processos mais democráticos e responsivos às necessidades da população. Nesse sentido, o fortalecimento do COMUSAN-SP e da CAISAN-Municipal, aliado a uma maior articulação com a sociedade civil, pode representar uma oportunidade significativa para avançar na construção de um sistema de SAN mais inclusivo e sustentável em São Paulo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ribeiro Júnior JR, Bandoni DH, Tomita LY. Inquérito sobre a situação alimentar no município de São Paulo. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 2024.
2. Prefeitura de São Paulo. 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020 – PLAM-SAN. São Paulo; 2016.
3. Prefeitura de São Paulo. Panorama da segurança alimentar e nutricional em São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo; 2016.
4. Observa Sampa. Indicadores de governança e participação social. São Paulo; 2024.
5. Prefeitura do Município de São Paulo. Portal de dados abertos [Internet]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; [data desconhecida]. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
6. Brasil. Relatório sobre segurança alimentar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2023.
7. United Nations Development Programme (UNDP). Handbook on planning, monitoring and evaluating for development results. New York: UNDP; 2009.